

ENSINAR HISTÓRIA DO BRASIL PARA ALUNOS COM DEFICIÊNCIA AUDITIVA: COMPARTILHANDO EXPERIÊNCIA

Josilene Souza Lima Barbosa¹

RESUMO: O tema em pauta foi resultado de um estudo voltado para a Educação de Jovens e Adultos com deficiência auditiva que haviam abandonado as classes regulares a muito tempo. Os jovens envolvidos tinham entre dezessete e trinta e cinco anos. O trabalho foi elaborado com intuito de proporcionar a esses alunos conhecer e refletir sobre a história do Brasil. Eles frequentavam a classe especial da Associação de Pais e Amigos dos Deficientes Auditivos de Sergipe, (APADA-SE). Os objetivos deste trabalho era proporcionar a esses alunos o prazer de conhecer a história do seu país, através da sua língua materna, a Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS). Os alunos não tinham conhecimento e/ou não haviam entendido as temáticas trabalhadas no ensino regular. A metodologia adotada foi o Bilingüismo, a turma era homogênea, onde alguns eram usuários da LIBRAS, e outros oralizavam. Os resultados alcançados foram satisfatórios, pois através de seus depoimentos, a atividades propostas eles demonstraram ter aprendido a história do nosso país. Ao término observamos e constatamos as inúmeras dificuldades destes alunos em compreender os textos escritos encontrados nos livros didáticos. Contudo ficou evidente que se faz necessário uma urgente intervenção nessa modalidade de ensino, para que os jovens com essa deficiência venham a deslanchar no processo de ensino-aprendizagem, para lhes garantir o tão sonhado lugar no mercado de trabalho, já que este é o maior desejo dos protagonistas desta inesquecível experiência.

Palavras-chave: História do Brasil; Aprendizagem; Libras.

INTRODUÇÃO

O Brasil está entre os piores do mundo em educação, esse lamentável contexto ao qual o país está inserido vem preocupando governantes e educadores com os problemas educacionais que são cada vez mais frequentes como evasão, reprovação e analfabetismo. A alta taxa de analfabetismo entre jovens e adultos, faz crescer no país as classes para essa clientela com o intuito de ir em busca do tempo perdido.

Antigamente a educação voltada para esse alunado era apenas para alfabetizá-los. Hoje com a globalização o avanço tecnológico e científico, onde o mercado de trabalho é cada vez mais exigente essa modalidade de ensino é ofertada nas oito séries do ensino fundamental. Os jovens que não têm acesso a educação estão de certa forma excluídos da sociedade. E os jovens e adultos com deficiência, já são excluídos da sociedade, e no campo educacional sofrem duplamente com essa exclusão.

Infelizmente, vemos e ouvimos pessoas que ainda acreditavam que os surdos não são capazes de aprender. O resultado é que a cada dia, jovens e crianças estão se afastando das escolas, porque esta não está respeitando seus direitos e não tendo funcionalidade para suas

¹ Pedagoga com especialização em Educação Inclusiva, professora da E.M.E.F. Iraildes Padilha de Carvalho em Tobias Barreto. Aluna em regime especial do Mestrado em Educação da Universidade Federal de Sergipe. Membro do Grupo de Estudo, Pesquisa e Extensão em Educação, Arte e Diversidade. E-mail: josylenelbarbosa@hotmail.com

vidas. Os alunos com surdez passam anos na escola e não conseguem ler e muito menos compreender o que estão lhe ensinando. Cabe-nos refletir, onde está a deficiência com os alunos ou no sistema educacional, que não contribui para que os professores se capacitem e possam proporcionar uma educação de qualidade.

Diante desta realidade a Associação de Pais e Amigos dos Deficientes Auditivos de Sergipe (APADA-SE), resolveu abrir uma sala para jovens e adultos surdos que haviam abandonado as escolas há alguns anos. Cabe ressaltar que, a APADA dá o suporte pedagógico aos alunos que se encontram matriculados na rede regular de ensino. É uma associação filantrópica e dá uma relevante contribuição a sociedade sergipana como também a outros estados do nordeste brasileiro.

Diante das afirmativas acima, optamos por uma pesquisa ação, com o intuito de proporcionar a esses jovens conhecer e compreender a história do país ao qual pertencem. O surdo tem o direito de ter acesso aos mesmos conteúdos escolares que os ouvintes, mas isso deve acontecer com materiais adaptados em LIBRAS, já que esta é a sua língua materna, podendo entender os textos e atividades trabalhadas pelos professores em sala de aula.

O projeto teve como intuito comprovar, se as aulas e os textos fossem adaptados e/ou traduzidos, o aluno com surdez, poderia adquirir o hábito de ler e compreender o que estavam lendo, não mais sendo meros receptores, construindo o seu próprio conhecimento e principalmente poder participar das aulas de forma crítica e reflexiva.

LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS: UMA BREVE RETROSPECTIVA

O Conde Ernest Huet, surdo francês trouxe o alfabeto manual francês e alguns sinais para o Brasil em 1856, dando origem à Língua Brasileira de Sinais. No ano seguinte 1857, no Rio de Janeiro, no atual Instituto Nacional de Educação de Surdos (INES) formaram-se os líderes que divulgaram e divulgam a língua de sinais em todo o país.

Foi feita em 1873, a Iconografia dos Sinais, lançado pelo então diretor do Instituto Nacional dos Surdos Mudos (atual INES), de autoria do aluno Surdo Faustino José da Gama.

Após a realização do Congresso Mundial de surdos, em Milão, foi proibido o uso da LIBRAS, pois acreditavam que esta impediria o desenvolvimento da fala, da leitura labial e da precisão de idéia e declarou que o método puro (oralização) deveria ser preferido de forma definitiva e oficial. Apesar da proibição do uso da língua de sinais, os surdos continuaram a usá-la escondido. Por isso a integração dos surdos começou principalmente devido à questão lingüística, uma vez que seus encontros visavam exclusivamente o intercâmbio de informação, carência de que sofriam até aproximadamente 1986 quando a língua de sinais passou a ser defendida no Brasil por profissionais influenciados pelos estudos divulgados pela Universidade de Gallaudet e pela Europa. Diante da necessidade de divulgar a língua de sinais, os surdos adultos passaram a ensinar "sinais soltos" às pessoas ouvintes que queriam aprender "mímica" como era entendida a língua de sinais na época nos anos de 1960, 1970 e 1980. Quando uma professora, de nome, Marta Ciccone, que durante uma visita a Universidade Gallaudet viu que lá existia o Curso de Língua de Sinais. Quando retornou ao Brasil, Ciccone aconselhou o surdo Fernando de Merenda Valverde a criar, no Brasil a língua de sinais, que era necessário, importante e que futuramente poderia ter Lei que a reconhecesse. Fernando Antônio Campos e

Ana Regina resolveram se reunir para discutir a criação da língua de sinais, fato que ocorreu muito antes da fundação da FENEIS. A língua de sinais precisava de uma sigla que a dominasse. Foram sugeridas três opções de siglas para serem votadas: 1) A língua brasileira de sinais LIBRAS (do grupo da FENEIS, com a professora Marta Ciccone; 2) a língua de sinais brasileira -L.S. B (do grupo da professora lingüística Eulália Fernandes e; 3) a língua de sinais dos Centros Urbanos brasileiros- L.S.C. B (do grupo dos surdos paulistas). COPADIS e da professora lingüista Lucinda Brito).

Com a fundação da FENEIS - Federação Nacional e Educação e Integração dos Surdos- em 1987 começava a divulgação da LIBRAS. Após dois anos, em 1989, começava oficialmente o primeiro curso de LIBRAS da FENEIS, embora sem lei. Devido à grande necessidade de divulgar a LIBRAS no Brasil, a comunidade surda sofria preconceito e falta de conhecimento por parte das pessoas ouvintes que teimavam em chamar a LIBRAS de “mímica”, não tinham nenhum valor lingüístico. A comunidade surda queria a oficialização da LIBRAS.

No dia 24 de abril de 2002, o Presidente da República, Sr. Fernando Henrique Cardoso sancionou a Lei nº 10.436, o governador de Minas Gerais, Jorge Viana, sancionou a Lei 453, de 28 de janeiro de 2003, que instituiu na rede educacional de ensino, como meio legal de comunicação e expressão a Língua Brasileira de Sinais e outros recursos de expressão a ela associados. De acordo com a nova lei e estadual, a rede pública de ensino, através da Secretaria Estadual da Educação (SEE), garantirá acesso à educação bilíngüe, desde a educação infantil até os limites mais elevados do ensino aos alunos surdos. A lei lembra ainda que fica por parte do poder público do Estado e empresas concessionárias de serviços públicos garantirem formas institucionalizadas de apoiar o uso da LIBRAS como meio de comunicação objetiva e de utilização correntes das comunicações surdas. No ano de 2005, precisamente 22 de dezembro, Luís Inácio Lula da Silva, o atual presidente através do Decreto nº. 5.626 regulamentam a Lei nº. 10.436 e o art. 18 da Lei nº. 10.098, de 19 de dezembro de 2002. O Decreto é composto por nove capítulos, e abrange a inclusão da Libras como disciplina curricular; a formação do professor, instrutor e intérprete da Libras; da garantia do direito à Educação da pessoa surda ou com deficiência auditiva.

As línguas de sinais não são universais, cada língua de sinais tem sua própria estrutura gramatical. Assim como as pessoas ouvintes em países diferentes falam diferentes línguas. Possuem suas próprias línguas, existindo, portanto muitas línguas de sinais diferentes, como: línguas de sinais francesa, chilena, portuguesa, americana, argentina, venezuelana, peruana, portuguesa, inglesa, italiana, citando apenas algumas. Essas línguas São diferentes uma das outras e independem das línguas orais-auditivas utilizadas nesses e em outros países. O Brasil e Portugal possuem a mesma língua oficial, mas as línguas de sinais desses países são diferentes. Também pode acontecer que a mesma língua de sinais seja utilizada por dois países, como é o caso da língua de sinais americana que é usada pelos surdos dos Estados Unidos e Canadá.

A língua brasileira de sinais (LIBRAS) é a língua de sinais utilizada pelos surdos que vivem no Brasil, onde existem comunidades surdas, mas, além dela, há registros de outra língua de sinais que é utilizada pelos índios urubus Kaapor na floresta, amazônica

O sinal é formado a partir da combinação do movimento das mãos com um terminado formato em um determinado lugar, podem este lugar ser uma parte do corpo ou um espaço em frente ao corpo. Essas articulações nas mãos, que podem ser comparadas aos fonemas e às aos morfemas, são chamadas de parâmetros. Falar com as mãos é, portanto, combinar esses elementos que formam as palavras.

A abordagem bilíngüe pretende que ambas as línguas a gestual (LIBRAS) e a oral (Português escrito) sejam ensinadas e usadas sem que uma interfira ou prejudique a outra. Portanto, as duas línguas seriam utilizadas em situações diferentes, em momentos lingüísticos diferenciados.

Quanto à comunidade surda, existem surdos não oralizado, a comunicação é feita só por meio de sinalização manual; surdo-falante: a comunicação é feita só por meio da fala. Surdo bilíngüe a comunicação é feita em língua oral ou em língua de sinais. No processo de educação é necessário que a criança surda tenha obrigatoriamente um profissional ouvinte que seria responsável pela língua da comunidade ouvinte, e um profissional surdo responsável pela transmissão da cultura e identidade surda e a língua de sinais.

A identidade e a cultura surda são essenciais dentro do Bilingüismo, o que é transmitido à criança surda através do contato com o adulto surdo que possui um papel de “educador” bem definido. Não podemos pensar em educação bilíngüe sem participação do educador surdo. (KOZLOWSKI, 1998,p.52)

A escolaridade não é desenvolvida dentro da comunidade surda, esses ambientes servem de referência, sendo que as crianças freqüentam escola regular em classes de ouvintes. Há um contato sistemático e direto entre a escola e o centro, existindo toda uma estrutura que permite e garante este intercâmbio, sem o qual a integração da criança surda numa escola de ouvintes fica impraticável.

Hoje os estudiosos da área de deficiência auditiva defendem o bilingüismo. Dentro de uma perspectiva bilíngüe as atividades são divididas em dois momentos:

Em L1(Língua Brasileira de Sinais), são desenvolvidas por educadores surdos e têm por objetivo o contato natural com LIBRAS. A aquisição desta língua garantiria o desenvolvimento lingüístico suficiente aquisição de outras línguas. As estratégias de trabalho são desenvolvidas a partir de dramatização, passeios, contos de história, experiências baseadas em atividades de vida diária.

Os profissionais responsáveis pelas atividades em L2 (Língua Portuguesa) são fonoaudiólogos ouvintes e o objetivo seria a aquisição da segunda língua (oral/escrita). As estratégias de trabalho incluem leitura oral facial, desenvolvimento das habilidades auditivas, trabalho específico com voz, fala e aquisição da língua escrita (que aqui é trabalhada pelo fonoaudiólogo e não pelo pedagogo, pois o objetivo é na área lingüística e não escolar). As atividades são orientadas para aquisição da segunda língua e considera-se aqui que o desenvolvimento da linguagem é garantido através da L1. O pedagogo trabalha com o português escrito. Kozlowski complementa,

Dentro de uma perspectiva Bilíngüe, o surdo é visto como um indivíduo diferente e não deficiente. Suas potencialidades podem ser totalmente desenvolvidas desde que seus direitos lingüísticos sejam respeitados. É deste direito lingüístico que trata o bilingüismo (1998, p. 54).

Diante do texto apresentado pudemos observar a importância que a LIBRAS tem para a educação do aluno com surdez, e desta forma é urgente a implantação de programas que

auxiliem o professor nesta árdua tarefa. A seguir daremos uma pequena contribuição apresentando-lhes um projeto adaptado em Língua Brasileira de Sinais

PROCEDIMENTOS E RESULTADOS DA PESQUISA

A pesquisa tinha como intuito proporcionar ao aluno com deficiência auditiva o prazer de conhecer a história do seu país através da LIBRAS, assim como compreender os textos e atividades que seriam trabalhados. Para a realização deste projeto fizemos um levantamento do perfil da turma, seus anseios, suas dificuldades. Fizemos uma entrevista com a professora regente. Fizemos um estudo sobre a LIBRAS, através da Lei que a regulamenta, do documento a Educação que Nós Surdos Queremos “(1999), e Brasil (1997). E livros didáticos que dispusesse de gravuras e textos de fácil compreensão sobre o descobrimento do Brasil, O negro e o índio, o nordeste dando um enfoque maior a Sergipe.

Todas as aulas e atividades foram elaboradas com os alunos para que pudessem se envolver e opinar durante todo o processo de construção deste trabalho. O grupo envolvido era composto por jovens com faixa etária entre dezessete e trinta e cinco anos. O projeto foi aplicado na APADA, com na classe especial de jovens e adultos

A metodologia proposta, já era utilizada, não com esta clientela, mas na classe de alfabetização para crianças, na qual era a regente, onde conseguíamos resultados satisfatórios. Todo esse processo de adaptação é o que a LDB 9394/96 determina em seu artigo 59, onde cita que os sistemas de ensino deverão assegurar ao educando com deficiência, “Currículos, métodos, técnicas, recursos práticos e organização específicas, para atender às suas necessidades”.

Quando começamos a falar sobre o Descobrimento do Brasil, o interesse da turma foi surpreendente. Os alunos não sabiam como o Brasil havia sido descoberto, os nomes antigos do seu país, os costumes que herdamos do português, negro e do índio. Assim ocorreu também com os outros temas trabalhados. Outro fato curioso foi o de uma aluna aparentemente tímida, se envolver com a aula sobre o índio e quis também explicar a cerca de reportagens que havia assistido na televisão ou visto em revistas e livros. Essa mesma aluna no dia seguinte passou todo conteúdo da aula anterior para a colega que havia faltado. Ao falar da escravidão no Brasil, os alunos ficaram assustados com a cruel realidade a qual o negro era submetido. E começaram a fazer relações sobre os preconceitos que essas pessoas sofreram e sofrem mesmo na atualidade. Ao término da aula expositiva, os alunos confeccionaram painéis com todos os temas trabalhados.

Trabalhamos também com as regiões brasileiras, enfocando o Nordeste e de forma mais detalhada o nosso estado e a capital aracajuana. Utilizamos mapas, promovemos um bingo e foram distribuídos textos em LIBRAS, onde os alunos copiaram em português, depois fizeram a leitura individual sob o nosso acompanhamento. Realizamos uma aula passeio para observar a Orla de Atalaia, visitamos hotéis, restaurantes, analisamos cardápios para que eles pudessem conhecer os costumes, as comidas típicas, a arquitetura da nossa capital. A avaliação foi feita de forma contínua e processual, a cada aula os alunos confeccionavam cartazes, representavam através de peças teatrais, relatavam em Libras o que haviam aprendido e traduziam pequenos textos.

Ao término do projeto expusemos todos os trabalhos realizados. Durante o encerramento os alunos fizeram questão de “falar” o que o projeto representou para eles relatando as contribuições e o quanto esta experiência marcou suas vidas, ajudando-os a compreender o processo histórico ao qual estão inseridos. Trabalhar com esse projeto, nesta turma foi uma experiência marcante e gratificante porque foi notória a aprendizagem.

A avaliação foi feita de forma contínua e processual, a cada aula os alunos confeccionavam cartazes, representavam através de peças teatrais, relatavam em Libras o que haviam aprendido e traduziam pequenos textos.

Contudo constatamos que os objetivos foram atingidos, pois conseguimos proporcionar a esses jovens, situações de ensino-aprendizagem que possibilitaram a compreensão dos assuntos abordados e levando-os a refletir acerca da história do Brasil.

CONCLUSÃO

Em pleno século XXI com todo avanço tecnológico e científico a sociedade ainda tem dificuldades de aceitar a pessoa com deficiência incluída no mercado de trabalho, nas escolas, porque não acreditam ou desconhecem o quanto essas pessoas são capazes de lutar pelos seus ideais, e que são dotadas de competências e habilidades suficientes para se desenvolverem e prosperarem tanto na escola quanto no mercado de trabalho para isso precisam de oportunidades que favoreçam esse processo.

Pudemos comprovar que quando as aulas são adaptadas em LIBRAS, compreendem e aprendem de fato sobre os temas abordados. Cabe ressaltar que não é apenas adotar um texto e colocá-lo na língua materna do surdo, porque mesmo assim encontrarão dificuldades. É preciso analisar os textos e reescrevê-los de forma simplificada, já que o alunado em questão não utiliza pronomes, conjunções, preposições. E é necessário ainda utilizar ilustrações para que visualizem e compreendam melhor sobre os temas abordados. Ao final de todo este processo conseguimos atingir os objetivos traçados durante esta jornada de trabalho.

Ao término do projeto ficaram evidentes as dificuldades enfrentadas por esses alunos e queremos chamar à atenção das autoridades para proporcionar a esses jovens uma educação de qualidade para poderem deslanchar no processo de ensino aprendizagem, garantindo o seu lugar no mercado de trabalho, já que este é o maior sonho dos protagonistas desta inesquecível experiência.

REFERÊNCIAS

BRASIL, Ministério da Educação Especial. Secretaria da Educação Especial. **Ensino da língua portuguesa para Surdos**: caminhos para prática pedagógica. Brasília: MEC/SEESP, 2002.

BRASIL, Secretaria de Educação Especial. **Deficiência Auditiva**/Organizado por Giuseppe Rinaldi et al. Brasília: SEESP, 1997. V.I (Série Atualidades Pedagógicas; n.4)

CARNEIRO, M. A. **LDB Fácil**: leitura crítico-compreensiva: artigo a artigo. Petrópolis, RJ:

Vozes, 1998.

KOZLOWSKI, L. **A proposta bilíngüe de educação do surdo.** In. Espaço informativo técnico científico do INES n. 10 julho-dezembro Rio de Janeiro:/INÊS, 1998. p. 47-53

LEI nº 10.436 de 24 de abril de 2002. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais(LIBRAS). Brasília.